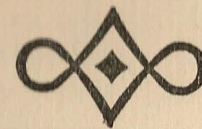


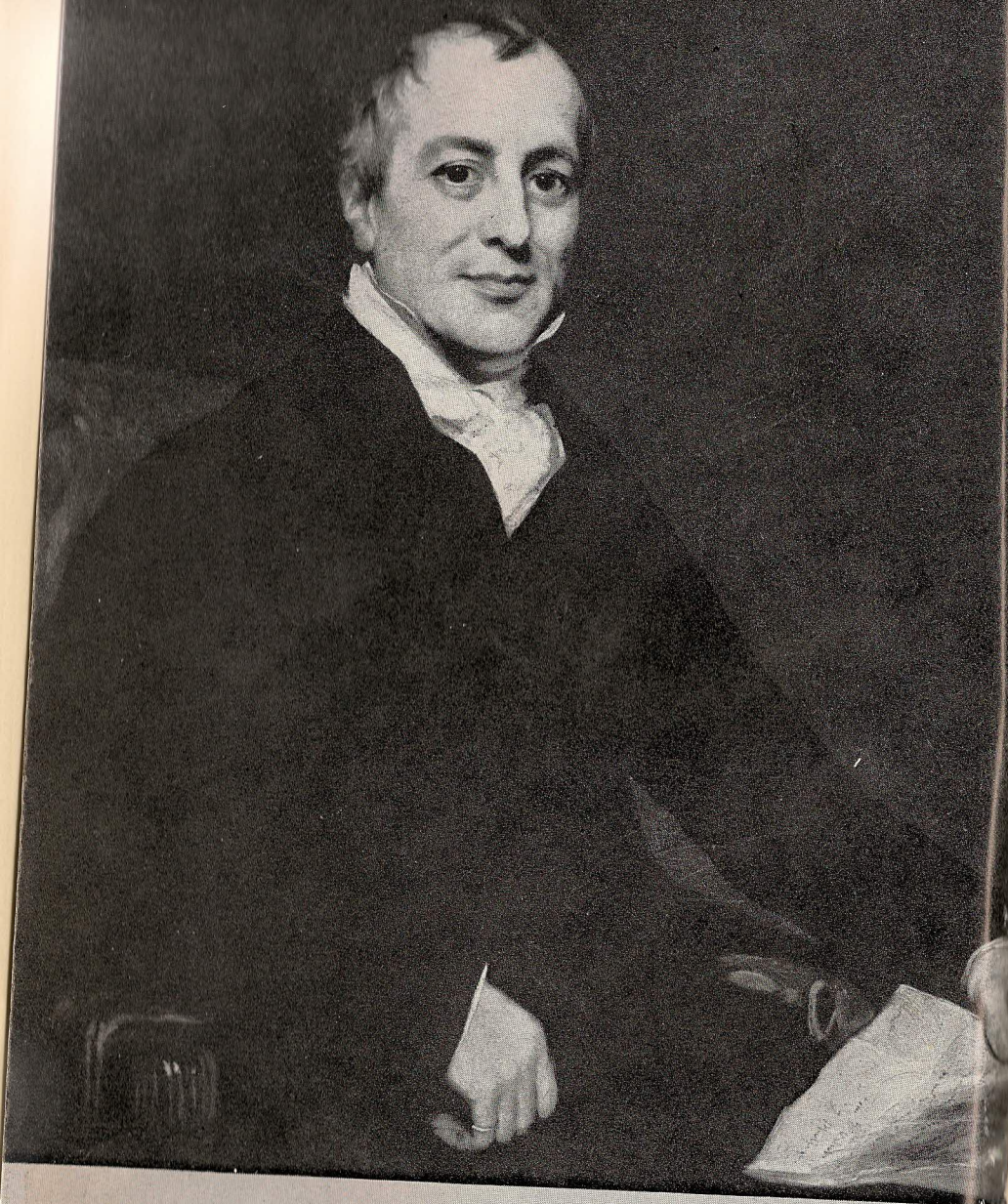
PRINCÍPIOS
DE ECONOMIA POLÍTICA
E DE TRIBUTAÇÃO

David Ricardo

Tradução de
MARIA ADELAIDE FERREIRA



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN



David Ricardo c.1821
from the painting by Thomas Phillips, R.A.

Emery Walker Ltd. ph.sc.

Tradução do texto inglês intitulado
THE PRINCIPLES OF POLITICAL ECONOMY
AND TAXATION de David Ricardo,
segundo a edição de Everyman's Library
— J. M. Dent & Sons Ltd. Publishers.
Com introdução de Michael P. Fogarty.
Londres, 1965.

Reservados todos os direitos
de harmonia com a lei.
Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
Av. de Berna — Lisboa.

INTRODUÇÃO

David Ricardo nasceu em 1772. O pai, um judeu ortodoxo natural da Holanda, tinha-se fixado em Inglaterra e feito fortuna na Bolsa. Ainda antes de David perfazer vinte anos já começara o seu tirocínio no mundo das finanças. Por volta dos vinte e um anos tinha-se casado e também abandonado a fé judaica, o que significava separar-se do pai. Mas singrou sozinho na Bolsa e antes dos trinta anos já tinha feito uma grande fortuna. Com esta, comprou uma propriedade em Glowcestershire e, em 1819, um lugar no Parlamento. Morreu em 1823 após uma vida cheia de sucesso, mas aparentemente, monótona, isto é, considerando que se estava na época da Revolução Francesa, de Napoleão e da revolução agrícola e industrial. Ricardo foi: «um bom marido e pai, um homem afável, modesto e despretensioso, sem artificios ou presunção, nas discussões mais pronto a ouvir do que a falar, franco em reconhecer erros e em admitir culpas e ao mesmo tempo calmamente convincente e persuasivo na exposição e ilustração das suas conclusões» (F. W. Kolthammer, introdução original dos «Princípios de Economia Política e dos Impostos», Everyman ed., p. IX).

Ricardo começou a interessar-se pela teoria económica em 1799, através da leitura da «Riqueza das Nações»

de Adam Smith. Durante os dez anos seguintes estudou, a princípio superficialmente, depois mais profundamente até que em 1810, no desenvolvimento de cartas que publicou no «Morning Chronicle», escreveu o seu primeiro panfleto sobre «O elevado preço da barra de ouro». Isto impressionou os técnicos e trouxe-lhe bastante publicidade. Começou a corresponder-se com os mais reputados economistas e escritores políticos da época, incluindo Malthus, Bentham, Say e James Mill. Muitos dos seus pensamentos e contribuições para a Economia surgiram na sua correspondência, uma grande parte da qual foi só publicada pela primeira vez na presente geração. Em 1930, quando Lord Keynes elaborou um esquema para a edição definitiva dos trabalhos de Ricardo, iniciou-se uma busca das importantes séries de cartas que ainda faltavam. Uma grande caixa contendo cartas recebidas por Ricardo foi rapidamente descoberta por um dos descendentes na casa que dantes pertenceria ao seu filho mais velho. Pouco a pouco fizeram-se outras descobertas. Mas permanecia um hiato importante: as cartas de Ricardo para James Mill que são particularmente importantes para o aparecimento dos «Princípios de Economia Política e dos Impostos». A procura continuou durante anos entre os descendentes de Mill e seus testamentários e amigos espalhados pelo mundo até que, por fim, em 1943, o hiato foi preenchido. Encontrou-se uma caixa contendo as cartas que faltavam na casa situada perto de Dublin outrora pertencente a J. E. Cairnes, economista, amigo íntimo do filho de James Mill, John Stuart Mill, através do qual se presume que ele tenha ficado na sua posse.

Com a ajuda destas recentes descobertas podem juntar-se as peças para se escrever a história dos «Prin-

cípios». Ricardo nunca escreveu de boa vontade. De facto, muito do seu melhor trabalho teve de lhe ser arrancado pelos amigos. O mesmo se pode dizer dele como orador. Um dos primeiros dos seus poucos discursos no Parlamento foi pronunciado somente quando incitado pelos membros de todos os partidos da Câmara. Os «Princípios» não foram excepção. A principal força que o empurrou, neste caso, parece ter vindo de James Mill, que estava ansioso por ver Ricardo explicar mais detalhadamente os princípios implícitos no *Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock* («Ensaio sobre a Influência do baixo preço do trigo sobre os lucros dos títulos») que ele publicou nos princípios de 1815. O esquema tomou forma durante 1815. Em 1816 estava em bom andamento e em Outubro desse ano Ricardo enviou a Mill um rascunho cobrindo o que são agora os primeiros sete capítulos dos «Princípios», isto é, os capítulos respeitantes à teoria de base. Em meados de Novembro enviou um rascunho dos capítulos sobre os Impostos. Depois passou um par de meses a reler trabalhos de Adam Smith, Say e Malthus e esboçando os capítulos finais dos «Princípios» nos quais critica algumas das posições destes autores. A impressão do livro começou no fim de Fevereiro de 1817 e fez-se a sua publicação a 19 de Abril. Uma segunda e terceira edições, ambas revistas pelo próprio Ricardo, apareceram em 1819 e 1821. A presente edição baseia-se na terceira e última revisão.

Ainda antes de escrever os «Princípios», Ricardo era reconhecido como o mais saliente economista britânico do seu tempo. Os próprios «Princípios» tiveram uma influência imensa e universal. Karl Marx foi tanto discípulo de Ricardo como de Hegel. Marx repensou Ricardo, assim como Hegel, antes de se servir dele; as conclusões

de «O Capital» de Marx não são precisamente o que Ricardo desejaria. Mas o que é um facto é que «O Capital» é pura consequência da doutrina de Ricardo, desenvolvida e interpretada por um discípulo brilhante, com um fogo, rancor e habilidade na exemplificação prática que o próprio mestre nunca igualou. Ricardo tem sido lido e relido até ao presente pelos economistas não marxistas. Há muito tempo que os «Princípios» estão obsoletos como expressão do pensamento económico corrente. Desde que Jevons e Menger estabeleceram as bases da análise marginal, a Economia passou a expor, mesmo as verdades apercebidas por Ricardo, através de uma terminologia que ele desconhecia. E ele não se apercebeu, de modo algum, de toda a verdade da economia, nem mesmo de todas as suas linhas principais. Mas os «Princípios» permanecem um dos grandes documentos sobre o pensamento económico, com um lugar na história ao lado de *Wealth of Nations* (Riqueza das Nações) de Smith ou de *Principles of Population* (Princípios sobre a População) de Malthus. Lêem-se agora não pelos ensinamentos que eles possam conter mas como o documento de um dos grandes pioneiros sobre cujas limitadas e parciais conclusões se construiu o mais complexo e extenso conhecimento actual.

Deste modo, o que é que Ricardo apercebeu e realizou? Nem sempre é fácil dizê-lo. Sendo um escritor desprovido de jeito e escrevendo de má vontade, frequentemente esconde o que quer dizer ou espalha-o aos bocados através da sua obra. Diz no Prefácio que o principal problema da economia política é o da repartição do rendimento nacional entre a renda, o lucro e os salários. Mas, para o fim do livro, esclarece que só quer dizer que este é o problema mais difícil de resolver pelos econo-

mistas. O que mais interessa no funcionamento do sistema económico, explica então, é o volume da produção e o rendimento absoluto recebido por cada pessoa que nela participa. Ora ele fala acerca da subida ou descida dos salários reais e torna-se subitamente aparente que ele dá a esta frase um significado que para os leitores modernos parecerá pouco natural e distorcido. Para nós, actualmente, significa uma subida ou descida no poder de compra dos salários. Mas para ele significava uma subida ou descida na participação percentual dos salários no rendimento nacional. Ou então, à primeira leitura, parece ser um inequívoco defensor de uma teoria do valor do trabalho. Mas, à medida que se vai lendo, esta teoria aparece tratada de tal modo que um economista moderno dificilmente encontra razões de crítica. Os lucros aparecem em certas passagens como «um resíduo»; são o que resta ao agricultor, por exemplo, «depois de o proprietário da terra e de o trabalhador serem pagos». Mas noutro lado aparece, correctamente, que os lucros são o preço de oferta de serviços fornecidos pelos capitalistas e empresários. Mas, depois de se atravessar a cortina de fumo do estilo de Ricardo, descobre-se que ele está dentro da verdade com impressionante frequência. Há grandes e espantosos hiatos. Mas nos aspectos que ele expõe não é tão fácil apanhá-lo em erro.

1. A teoria de Ricardo sobre o controle económico

Um economista moderno poderia começar por perguntar o que é que Ricardo tem a dizer sobre o controle económico. Suponha-se que os consumidores e os aforradores chegaram a acordo sobre o que o sistema

económico deve produzir. Até que ponto os vários mecanismos de controle económico asseguram eficazmente esta produção? O que é que cada um deles alcançará? Vamos traduzir a resposta de Ricardo em linguagem económica moderna. A concorrência completa, efectiva ou perfeita, diz ele, fará com que os bens sejam vendidos a um preço igual ao custo marginal, no caso dos produtos agrícolas, e ao custo médio e marginal no dos produtos manufacturados. A distinção tem origem no facto de ele tratar os produtos agrícolas como sendo tipicamente produzidos em condições de custo marginal crescente — daí a existência da renda — enquanto os produtos manufacturados são produzidos a custos constantes. O custo marginal, segundo Ricardo, inclui os salários «normais», os lucros e as depreciações. Os salários ou os lucros, assim como os preços, são «normais» ou de concorrência quando são iguais ao custo marginal da oferta dos serviços em questão; ao custo do padrão de vida corrente do trabalhador marginal para cada categoria e ao custo de uma razoável compensação pelo risco e «espera» do investidor marginal. Há aqui aspectos que um economista moderno desejaria que fossem melhor explicitados ou talvez mesmo que se corrigissem erros de somenos importância. Mas, como explicitação global do que se pode esperar que aconteça em concorrência efectiva ou perfeita, o que Ricardo escreve chega bem.

Só que muito fica por explicar; há muitos domínios que ele não trata. Um economista moderno gostaria de insistir mais profundamente no que acontece quando a concorrência é menos do que perfeita. Com que frequência é ela imperfeita, de que maneira, até que ponto, quais as suas consequências? Por exemplo, quantas vezes se deram situações em que os bens ou serviços são pro-

duzidos não em condições de custos constantes mas antes decrescentes, de modo que há uma tendência para o tamanho das fábricas ou departamentos se expandirem até que se chega a um grau elevado de oligopólio ou mesmo a uma situação de monopólio? E mesmo quando a concorrência é perfeita, não há tantas coisas que não se espera que ela resolva? Pode-se esperar conseguir decisões correctas em casos em que muitos dos resultados ou custos a serem tomados em consideração são tão longínquos ou tão largamente dispersos de modo que se desconhecem ou não são imediatamente importantes para as pessoas que, em condições de concorrência, teriam de tomar decisões? O que pensar dos ciclos económicos, ou do planeamento urbano ou da sobrevivência e desenvolvimento das comunidades locais? Ou acerca daqueles aspectos de distribuição do rendimento e riqueza que não são imediatamente evidentes digamos, por exemplo, numa discussão de salários individuais e portanto susceptíveis de passarem despercebidos quando esta é efectuada? Ou pode-se confiar tanto, como Ricardo parece fazer, em que a concorrência oferece vantagens suficientes para induzir os pioneiros a inovar, derrubando os processos e as estruturas sociais existentes que se lhe oponham? A concorrência *força* à conformidade com os padrões existentes, mas somente oferece a oportunidade e algum estímulo para o avanço em novos domínios. Não existe uma «concorrência dos estúpidos» na qual todos se conformam com os padrões existentes mas ninguém é capaz de os ultrapassar?

Ricardo não ignorava estes pontos. Estava perfeitamente consciente de que é possível o monopólio parcial ou total. Não negou que algumas funções económicas estão para além da alçada dos indivíduos e da concorrên-

